

# Vidigal: medidas foram tomadas com atraso.

Só agora a equipe da área econômica do governo federal está tomando "uma série de medidas que deveriam ter sido adotadas e estar em vigor há dois anos", na opinião do presidente da Fiesp, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Mas, mesmo com esse atraso, afirmou Vidigal, ontem, em São José dos Campos — onde participou das solenidades de abertura do 10º Encontro Regional da Indústria, realizado no auditório do CTA — "acreditamos na recuperação econômica do País, ainda que, atualmente, mais de trinta por cento do setor produtivo industrial estejam com capacidade ociosa":

— Finalmente, agora estamos entrando no rumo certo e esperamos não sair mais dele.

Ele defendeu as negociações que o País vem mantendo com a comunidade financeira internacional e de governo para governo. Mas, acrescentou, "precisamos urgentemente ultimar o acordo com o Fundo Monetário Internacional". O acordo com o FMI, segundo Vidigal, trará apenas "recursos simbólicos para a Nação, pois o importante é o aval do Fundo Monetário para que as negociações de governo para governo e com a comunidade financeira internacional

salam mais rápidas e a contento":

— Sem o aval do FMI, nada feito, pois ele é imprescindível e não pode mais ser adiado.

Vidigal observou que "o Fundo tem um acordo-padrão para todos os países que a ele recorrem mas, convenhamos, o Brasil não é igual aos outros":

— Aliás, todos são diferentes entre si. O acordo, obrigatoriamente, terá de respeitar certas particularidades brasileiras, que não são encontradas em outros países.

Moratória? Ele não admite essa possibilidade, por acreditar que "a medida paralisaria por completo o País". Vidigal defende a "moratória negociada", ou seja, "um acordo que tenha juros e carência compatíveis com os nossos recursos, pois só podemos assinar aquilo que vamos poder cumprir". E destacou, em seguida, que a demora na assinatura do acordo com o FMI "está causando tantos danos à economia quanto à moratória, pois há seis meses o País não recebe recursos externos". No entanto, salientou que, "uma vez assinado o acordo, desde que possa ser cumprido, será normalizado o fluxo de dólares e o País poderá respirar mais aliviado".